

Ano 11, Vol XXI, Número 2, Jul-Dez, 2018, Pág. 140-155 .

## **UM OLHAR SOB AS AÇÕES DE ESTADO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO MODO DE VIDA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS ENVOLVIDAS EM CONFLITO PELA TERRA: O CASO NOSSA SENHORA AUXILIADORA DO RIO IPIXUNA**

Filipe Ferreira de Melo  
Jordeanes do Nascimento Araújo

### **RESUMO**

Este trabalho é fruto de um estudo antropológico de mapeamento social no Sul amazônico. Foi objeto de estudo a “comunidade” Nossa Senhora Auxiliadora do Rio Ipixuna, localizada as margens da BR 230 – Transamazônica do Rio Ipixuna, em Humaitá-AM. Objetivamos analisar os conflitos sociais gerados a partir da implementação de políticas agrárias frente aos povos amazônicos, para além compreender os dilemas por eles vivenciados, e ainda analisar a relação Estado-comunidade e investigar os impactos sociais em seus modos de vida. Optamos por uma abordagem qualitativa por se tratar de uma pesquisa na área das ciências sociais; usamos como instrumentos a entrevista aberta, com gravação em áudio e roteiro de entrevista. O trabalho de campo nos possibilitou escutar as vozes dos sujeitos intrínsecos a vida social da “comunidade”, bem como dos próprios sujeitos, e não só escutar, mas poder ver como é a vida dessa “comunidade”. As políticas de Estado têm afetado a “comunidade” Nossa Senhora Auxiliadora do Rio Ipixuna, as consequências dessas políticas incoerentes são perceptíveis nos conflitos pela posse de terra, pois os comunitários não possuem títulos de suas propriedades como prevê as políticas de PAE e isso causa desconforto e estranhamento entres os moradores da “comunidade”; Em suma, esta pesquisa se deu através de uma análise reflexiva, compreendendo a dinâmica social em que está envolvida a “comunidade”, isso contribui para o reconhecimento e valorização dos povos e “comunidades tradicionais” do sul amazônico, criando coalizão ao senso comum que tende a reduzir povos e “comunidades” como parte da natureza.

**Palavras-Chave:** Mapeamento social, “Comunidades tradicionais”, Políticas Agrárias e conflitos.

## **UNA MIRADA BAJO LAS ACCIONES DE ESTADO Y SUS CONSECUENCIAS EN EL MODO DE VIDA DE LAS COMUNIDADES TRADICIONALES ENVOLVIDAS EN CONFLICTO POR LA TIERRA: EL CASO NUESTRA SEÑORA AUXILIADORA DEL RIO IPIXUNA**

### **RESUMEN**

Este trabajo es fruto de un estudio antropológico de mapeo social en el Sur amazónico. Fue objeto de estudio la "comunidad" Nuestra Señora Auxiliadora del Río Ipixuna, ubicada a orillas de la BR 230 - Transamazónica del Río Ipixuna, en Humaitá-AM. Objetivamos analizar los conflictos sociales generados a partir de la implementación de políticas agrarias frente a los pueblos amazónicos, además de comprender los dilemas por ellos vivenciados, y aún analizar la relación Estado-comunidad e investigar los impactos sociales en sus modos de vida. Optamos por un enfoque cualitativo por

tratar-se de uma investigação em el área de las ciencias sociales; se utilizó como instrumentos la entrevista abierta, con grabación en audio y guión de entrevista. El trabajo de campo nos permitió escuchar las voces de los sujetos intrínsecos a la vida social de la "comunidad", así como de los propios sujetos, y no sólo escuchar, sino poder ver cómo es la vida de esa "comunidad". Las políticas de Estado han afectado a la "comunidad" Nuestra Señora Auxiliadora del Río Ipixuna, las consecuencias de esas políticas incoherentes son perceptibles en los conflictos por la posesión de tierra, pues los comunitarios no poseen títulos de sus propiedades como prevé las políticas de PAE y eso causa incomodidad y extrañando entre los moradores de la "comunidad"; En suma, esta investigación se dio a través de un análisis reflexivo, comprendiendo la dinámica social en que está involucrada la "comunidad", eso contribuye al reconocimiento y valorización de los pueblos y "comunidades tradicionales" del sur amazónico, creando coalición al sentido común que tiende a reducir a la gente y las comunidades como parte de la naturaleza.

**Palabras clave:** Mapeo social, "comunidad tradicionales", políticas agrarias y conflictos.

### Considerações Iniciais

Na Amazônia brasileira vivem cerca de cinco milhões de pessoas, que moram tanto em zona Urbana quanto Rural, muitas delas residem em pequenas localidades com poucos moradores, denominada de "comunidades".

Essas ditas "comunidades" caracterizam-se por uma identidade própria, uma forma ímpar de "fazer", "criar" e "viver", em sua maioria vivem da agricultura, da coleta, da caça, da extração, da pesca, ou seja, do uso comum dos recursos naturais. Tudo isso corrobora para a construção de uma prática, ou seja, de um habitus<sup>1</sup> do ser em ação.

O ser humano inserido numa realidade alegoricamente diversa como esta se torna protagonista de uma história cujos fragmentos ele mesmo produziu, esta produção consiste em um rico legado, o conhecimento, não importado, mas gerado a partir da vivencia dos "agentes sociais" (BOURDIEU, 1989).

Tudo que está à volta dos agentes sociais influi para tal, seja a própria dinâmica social de participação política e organizacional dentro dos grupos a que ele pertence, neste caso internamente, ou as interferências externas exercidas pelas agências multilaterais (ALMEIDA, 2009), em sua maioria causada pela ação do Estado quanto ao desenvolvimento de políticas públicas.

Este trabalho é fruto de pesquisa realizada nos meses de Junho de 2011 a julho de 2013, cujo objetivo principal foi o de realizar um estudo de mapeamento social sobre "comunidades" e povos tradicionais no sul amazônico. Identificamos um elemento trivial na dinâmica social dos povos e "comunidades tradicionais" no sul do Estado do Amazonas: o conflito gerado a partir da questão da posse de terra. Essa questão é bastante complexa e influi na organização social das "comunidades" que sofrem direta ação do Estado por estarem submetidas ao desenvolvimento dos Projetos de

---

<sup>1</sup> Pierre Bourdieu (1989) conceitua habitus como um sistema de esquemas para a elaboração de práticas concretas, que nos permite "agir com naturalidade num universo social dado".

Assentamentos, e que faz parte da política de reforma agrária sustentada pelo governo federal.

O objetivo foi compreender, as relações sociais entre os indivíduos inseridos naquela realidade. Isso pressupõe uma sistemática metodológica que permitiu a equipe de pesquisa, ao mesmo tempo, acesso a tudo o que se refere ao seu objeto de estudo, mas de uma forma com que não deixe que exerça (ele) qualquer interferência que induza na interpretação dos dados e conseqüentemente na produção de conhecimento. Nesse sentido, o objeto de estudo não é uma estrutura ou uma lógica cultural específica a ser descrita, analisada e modelada, ele é definido, construído, trabalhado e mediado por certas relações entre os agentes sociais, que são tanto sujeitos quanto parceiros de pesquisa (ARAUJO, 2010).

Partiu-se do pressuposto que os agentes sociais estão e estavam envolvidos em diversas “situações sociais” (GLUCKMAN, 1997), logo que os mesmos se encontram atrelados a programas de desenvolvimento agrário. Assim, compreender o objeto de estudo é compreender as razões pelas quais se construiu a relação de pesquisa e como esta exerce efeitos variáveis sobre os resultados da pesquisa (Bourdieu, 2008).

Dessa feita, buscou identificar os possíveis conflitos gerados a partir da questão da posse de terra e também das intervenções estatais na comunidade. E, indo além, analisamos as ações e os discursos das “comunidades” frente às políticas de estado. Foram realizadas 40 entrevistas com moradores da “comunidade” Nossa Senhora Auxiliadora do Rio Ipixuna, prioritariamente com indivíduo com faixa etária entre 40 a 90 anos, ou seja, os primeiros moradores da comunidade. Buscamos com isso, informações sobre a história da comunidade, seu mundo simbólico e as experiências sociais dos moradores. Partimos de pequenos *survey*<sup>2</sup> feitos em visitas que duravam de três a cinco dias na comunidade, através dos *surveys*, procuramos esboçar o cotidiano da comunidade e como a mesma lida com as intervenções estatais. Além disso, realizamos com os moradores oficinas de mapeamento social com intuito de perceber como os agentes sociais refletem e tem conhecimento dos recursos naturais que deles fazem uso comum. Ainda para complementar, entrevistamos dirigentes dos órgãos locais, como Incra e Icmbio.

---

<sup>2</sup> Termo usado pela Antropologia para realizar pequenas explorações etnográficas em realidades empiricamente observáveis.

## Conceituando “Comunidade” Enquanto Conceito Analítico

Referimo-nos a “comunidade” no sentido do entendimento de um pensamento puramente analítico. Este termo foi aos longos dos anos ganhando várias empregabilidades, logo a Igreja apossou-se do termo a fim de pregar a ideologia mística religiosa e não com viés antropológico-sociológico.

E é justamente a partir deste último conceito que pautamos nossas reflexões a nortear esta pesquisa. Vale ressaltar o pensamento de alguns autores que dão suporte a este entendimento. A começar com Max Weber (1991), clássico autor, ressalta que a “comunidade” é constituída pelas relações de vizinhanças firmadas a partir das proximidades espaciais e de condições em comum, estas relações, segundo Weber, quase sempre transforma-se em uma relação *associativa*, que por sua vez é firmada a partir de interesses a fins, seja de ordem econômica, política, de relações de poder e valores morais. Então, as relações comunitárias se dão com bases nas emoções afetivas com outrem, e pelo sentimento de pertença ao grupo a que supostamente integra.

Ferdinand Tönnies (1987) conceitua que as relações sociais consistem em todas as nuances que existem na vida social de conjunto, assim a existência da “comunidade” antecede a esfera social do indivíduo, portanto, tais relações são mantidas conforme elementos culturais da sociedade – o homem é guiado pelo preceito da vontade. Émile Durkheim por sua vez ressalta que as relações sociais não se referem somente as especialidades funcionais fragmentárias que pressupõe a divisão do trabalho, mas engloba outras dimensões sociais da vida do sujeito (política, educação, arte, etc.).

Zygmunt Bauman (2003, p. 07) postula que a “comunidade” é formada a pelo indivíduo a partir do pressuposto da segurança em conjunto - logo quando estou em lugar fora dos alcances da rua, estou supostamente protegido. Então, nesse sentido, a “comunidade” seria uma busca de um bom viver, com suposta segurança e paz, ainda que isto implique na perda da liberdade (o indivíduo perde a autonomia e privacidade na medida em que convive com demais sujeitos).

Josef Gusfield (1975) sintetiza que “comunidade” não é um termo empírico, uma vez que é analítico. Logo, percebemos que a “comunidade” é algo que transcende a percepção dos olhos humanos, uma vez que só é possível compreendê-los fazendo uso dos olhos da mente, é fazer o exercício do pensar criticamente conforme o filósofo Platão ao sugerir a existência do mundo das idéias.

## O Valor da Terra Para o Homem do Campo

Em determinado momento da história o homem "primitivo" – que passou por vários processos de transformações – fora mudando sua característica peregrina, logo passou a adotar um lugar fixo de moradia onde domesticava animais selvagens e aos poucos dominava as técnicas de plantio.

O homem passou a valorar a terra onde vivia. O lugar passou a representar ao homem um local de segurança, uma auto-afirmação enquanto sujeito. Se fizermos um apanhado histórico dos povos antigos verificaremos o quão importante é a relação que o homem estabeleceu com a terra; quando os portugueses chegaram ao Brasil no século

XVI ficaram perplexos com a organização social dos povos indígenas, onde todos viviam em suas terras, e caso desrespeitassem o “outro” batalhas eram travadas no intuito de preservar os locais onde viviam, considerado pelos indígenas como local sagrado.

O homem estabelecera a relação de núcleo social (família) e comunitário, e a partir daí sua relação com a terra continuara. A tratar desta questão destaca Garcia (1983, p.209):

Cultivar a terra com a ajuda de sua unidade doméstica, é a forma pela qual o pai de família, pequeno agricultor, proporciona elementos necessários a reprodução física e social de sua unidade doméstica. É o trabalho da unidade doméstica no roçado que propicia os meios necessários à *queima* da casa e, em particular, o comer. [...] a terra é percebida como a única fonte de riqueza, por que são as plantas que a cobrem que permitem a reprodução física, direta ou indiretamente, dos homens e dos animais.

A relação homem e terra têm sido instrumentos de vários estudos socioantropológicos, por tratar questões sociais emblemáticas da vida do homem do campo, denominada *campesinato*. Dessa forma os povos e “comunidades tradicionais” exercem papel protagonista na Amazônia. Não podemos afirmar que o homem da Amazônia é parte da natureza, contudo sua figura é indissociável desta. O que podemos garantir é que a vida do homem da Amazônia está atrelada a fauna, a flora e a terra que possibilitam sua sustentação e afirmação enquanto sujeito, daí o porquê da importância dada pelo homem a terra.

### As Políticas de Estado

A questão da regularização fundiária é uma questão de grande debate nacional e de preocupação do governo brasileiro que ao longo de décadas vêm tentando implementar políticas que amenizem as discrepâncias sociais causadas pela má administração de terras em nosso país. Atrelado a isso há outras políticas de cunho desenvolvimentista, cujo objetivo é propiciar o alargamento econômico do país, incluindo as regiões Norte e o Nordeste, economicamente subdesenvolvidas se comparado a demais regiões. Essa política está impetrada da ideologia capitalista, é o que destaca Velho (1979, p.192) ao dizer que “o recente processo de transformações capitalistas autoritárias no Brasil rural e urbano parece ter aberto a possibilidade e a necessidade de uma ocupação permanente da Amazônia”.

A Amazônia até então menosprezada pelo Estado brasileiro, ganhará agora *status* de “terra em potencial” (VELHO, 1979, p.193). Isso fica evidente no período da exploração da borracha, na primeira parte do século XX, foi quando a Amazônia passou a ser realmente notada pelo governo. Já nessa época existiam questões emblemáticas pela posse da terra; os “Coronéis da Borracha<sup>3</sup>” diziam-se donos de imensas propriedades de onde era extraída a borracha pelos seringueiros<sup>4</sup>. - homens que trabalhavam em condições subumanas. Muitos migrantes nordestinos após o período áureo da borracha passaram a compor o quadro social da Amazônia, formaram famílias,

<sup>3</sup> Coronéis da Borracha eram os empresários que comercializavam o látex/borracha. Eram donos de imensas propriedades.

<sup>4</sup> Seringueiros trabalhadores que extraem o látex/borracha das árvores seringueira. Os seringueiros eram povos nativos, pessoas de “comunidades” tradicionais e por migrantes, em sua maioria nordestinos.

tornaram homens da Amazônia que ao longo de anos fazem uso da pesca, da caça, da coleta, da extração, etc.

Outro marco na dinâmica amazônica foi a construção da BR 230 – Transamazônica (4.223 km), inaugurada em 27 de agosto de 1972 pelo governo militar do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974). Esta rodovia foi construída no intuito de ligar várias regiões do País, e assim o fez, contudo, sua construção até hoje é alvo de críticas por ambientalistas, afinal os impactos ambientais são inestimáveis considerando o tamanho da rodovia e os locais onde foi construído este projeto: na Paraíba- PB, Ceará - CE, Piauí - PI, Maranhão - MA, Tocantins, Pará – PA e Amazonas - AM. Neste período de construção muitas pessoas migraram para essas regiões, inclusive para a Amazônia. As margens das estradas foram se criando pequenos vilarejos, a Amazônia ia sendo “ocupada”. O governo brasileiro, a todo custo, pregava um governo de progresso e avanços. Essa ideologia capitalista-desenvolvimentista continua ainda hoje guiando a ação do governo brasileiro. É o que ressalta Almeida (2009, p. 99) ao dizer que:

O fomento à implantação de grandes projetos desenvolvimentistas pelo governo brasileiro remota a década de 70 do século XX. Desde então os reflexos e efeitos desses empreendimentos, sobretudo os projetos hidrelétricos, recaem sobre territórios e povos indígenas, provocando impactos ambientais e sócio-culturais em grande parte irreversíveis.

Ainda no século XXI estamos presenciando ações que condizem com esta ideologia: A construção das usinas hidrelétricas em Rondônia (Santo Antônio, Jirau, Samuel e cachoeira do Ribeirão), e no Pará (Belo Monte). Quanto a tais empreendimentos Almeida (2009, p.102), adverte que:

Alguns impactos já vêm sendo sentido pela população local, entre este o acentuado aumento do fluxo de migrantes que chegam à capital Porto Velho em busca de trabalho nas turmas de construção; cooptação de lideranças indígenas; utilização das carências e fragilizadas ocasionadas pelas falta de aplicação das políticas públicas para barganhar os projetos e programas de mitigação.

Tais empreendimentos têm provocado grande discussão no cenário nacional, pois os impactos na vida das “comunidades” ribeirinhas<sup>5</sup> tradicionais e povos Indígenas são incalculáveis. Em suma, essas políticas de Estado, no intuito de promover os desenvolvimentos regionais, parecem construir um cenário instável conflitante, é como a concretização da teoria do estudioso Isaac Newton ao afirmar que cada ação provoca uma reação, nesse caso além de interferir no modo de vida dessa gente, tais políticas colocam o próprio Estado em situação de confronto com povos e “comunidades” tradicionais.

### **A “Comunidade Nossa Senhora Auxiliadora do Rio Ipixuna” Frente às políticas de Estado**

Através dos diálogos dos moradores mais antigos se percebe que a “comunidade” existia desde meados da década de sessenta, é o quê afirma o Sr. N. S. L. (65 anos), ao narrar seu ingresso a “comunidade:

---

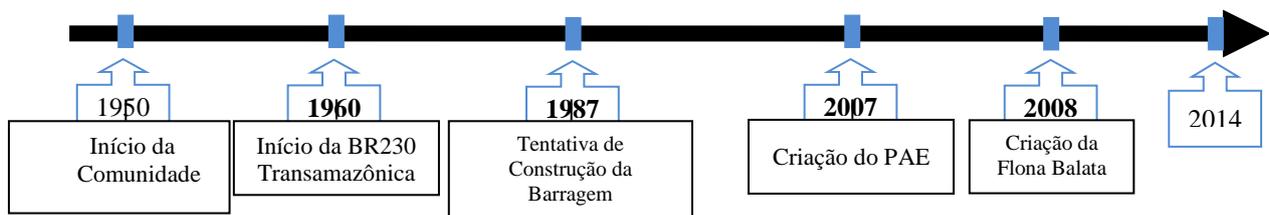
<sup>5</sup> “Comunidades” formadas nas margens dos rios.

Quando eu cheguei aqui, em 1964, a estrada era só até ai ó, pra lá a gente não sabia se existia estrada ou não por que era só uma mata só. Eu passei cinco anos num lugar chamado Santa Helena, pra cá, ai eu “baixei” e fiquei aqui. Conheci isso aqui com bastante habitante aqui dentro [...], tinha muito movimento pelo rio, embarcação, essas coisa tudo, que vinha do Purus. (Junho de12)

Outros moradores mais antigos entrevistados fazem menção de que quando chegaram já havia moradores naquele local, e muitos confirmam a fala acima de que as atividades comunitárias viviam segundo o rio, ou seja, da comercialização de suas produções agrícolas, da aquisição de mantimentos e até mesmo o transporte era realizado através do Rio Ipixuna. Entretanto, Por volta de 1987 a Companhia de Energia do Amazonas (CEAM), elaborou um projeto para a construção de uma barragem<sup>6</sup> no Rio Ipixuna, próximo a “comunidade”. Devido aos impactos que inevitavelmente causariam a construção deste empreendimento, a CEAM indenizou as famílias da “comunidade”; ainda foram realizadas algumas atividades para a execução da obra, uma delas foi o desvio no curso natural do rio, o que impediu que embarcações maiores tivessem acesso a “comunidade”, e isso foi um marco na história da “comunidade” Nossa Senhora Auxiliadora do Rio Ipixuna, conforme fala a Sra. C. V. S.:

[...] fizeram a barragem e o pessoal foram indenizados e foram embora[...]; muitas pessoas foram embora e só ficou eu de moradora nesse Ipixuna. Eu, o Balseiro ali e uma irmã minha, era as únicas pessoas que existiam. Não tinha ninguém mais, todo mundo foi embora. (Junho de 2012)

Após esse acontecimento a “comunidade” foi mantida com a presença de poucas famílias, o Sr. D. L. C., um dos moradores mais antigos da comunidade, ressalta: “quando cheguei aqui havia apenas cinco ou sei casas [...], depois vieram as pessoas do assentamento pelo INCRA, isso bem mais agora, né?” (Junho de 2012). Em 2007, com a criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) através da Portaria 034 de 14 de agosto de 2007, desempenhado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na “comunidade”, e essa interferência na realidade local desencadeou um processo de migração para aquela área.



Ressalta-se ainda a criação da Floresta Nacional Balata Tufari no ano de 2008, que também impactou na dinâmica local. Apesar da “comunidade” do Rio Ipixuna ficar apenas no entorno da Balata Tufari, segundo relatos dos moradores é comum o tráfego deles pela reserva nacional no desenvolvimento de suas ações cotidianas (caça, pesca, coleta, etc.), e embora não tenham os moradores relatado qualquer denúncia quanto a repressão da atuação deles no perímetro da reserva, constatou-se uma na “comunidade” uma realidade hostil, pois se observou que na entrada da agrovila de moradores há uma

<sup>6</sup> Represa hidrelétrica cujo objetivo era a produção de energia elétrica através da movimentação de turbinas pela correnteza das águas.

placa do Ministério do Meio Ambiente com os dizeres “Proibido Caçar, Pescar e Desmatar”.

Percebe-se que as ações de Estado fazem um marco na história da “comunidade”, eles interferem no curso da dinâmica local e abrem precedentes que causa consequências irreparáveis no modo de vida dessa gente, isso tem refletido na constante tensão que existe lá por causa da venda de terras.

Sabe-se que na Amazônia e em vários lugares do país há ocorrências de conflito por motivação agrária. Percebemos que a tentativa de muitos em adquirir um pedaço de terra é uma prática que vem se perpetuando ao longo da história do Brasil e muitas vezes por influência de suas próprias políticas.

O Estado brasileiro criou o Instituto de Colonização e Reforma Agrária INCRA, que tem como objetivo gerir as questões fundiárias em nosso país, para tanto o INCRA vêm executando diversos projetos, do qual a “comunidade” Nossa Senhora Auxiliadora do Rio Ipixuna é partícipe através do Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE (uso de práticas agrícolas e de extração dos recursos naturais). Em qualquer modelo de Assentamento é terminantemente proibida a venda de terras no perímetro do projeto. A política é de uso comum, ou seja, todos usam o espaço em comum acordo, a terra é de todos, portanto, vender para terceiros descumpra as diretrizes dos projetos de assentamentos.

A comunidade Nossa Senhora Auxiliadora do Rio Ipixuna vive um dilema conflitante sobre a questão fundiária. Mas o que é o conflito? Canuto, Luz e Wichiniesk (2012, p. 10), classificam que:

Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais, ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc.

Seria então a violência física a única característica do conflito? Não. Qualquer “comunidade” que apresente características de descumprimento da legislação vigente quanto ao uso da terra, onde há uma dinâmica de tensão entre as pessoas por discordarem quanto às políticas de terras, nesse lugar há conflito. Na verdade a violência física reflete uma dinâmica que está em grau de conflito muito avançado. Nosso objeto de estudo, apresenta um cenário de conflito. Farias (2007, p. 09) ao tratar da questão da posse de terras em assentamentos, adverte que:

Tais conflitos são constituintes deste processo de construção do novo lugar, em que as famílias reconstróem seus ideais, suas identidades e seus projetos familiares, partindo de tensões, desequilíbrios emocionais individuais e coletivos, mas também de alternativas que abrem aos sujeitos inúmeras possibilidades para o exercício de sua cidadania, feita em um processo, talvez o único, que pode levar a um novo modo de vida. Mesmo que este projeto possa ser reconstruído e modificado, tendo em vista que recebe influência dos mediadores [...].

A “comunidade” em estudo é um verdadeiro mercado de terras, é o que aponta a representante local do INCRA ao dizer que:

Há muito problema inclusive de venda de lotes. A pessoa roça um pouquinho aí já vende pra outro, esse negócio de “ah eu vendi meus direitos”, por que lá dentro não existe. Lá dentro é uma área, é um total, aí digamos assim “essa área aqui é minha, eu to trabalhando nela, eu respeito meu vizinho da direita, da esquerda, da frente, de trás” se houver né? Aquela área é de uso comum, de todos lá... é claro e evidente que é um respeitando o outro lá, e nós estamos tendo muito problema com isso, as pessoas se dizem dono, estão vendendo e tão fazendo aquela danação.

(Agosto 2012)

A venda de terra concentra-se exclusivamente na área da agrovila dos moradores. Uma hipótese fortemente plausível para explicar essas vendas é o status de vila turística que a “comunidade” possui, principalmente no período do verão que acontece a vazante do Rio Ipixuna deixando a amostra praias que nessa época ficam repletos de pessoas que saem de Humaitá para divertir-se no local, isso pode provocar grande interesse se alguns em adquirir uma casa em local como este. O representante do IEB destaca que “muitas pessoas ali tem casa de veraneio, e o que indica são funcionários públicos municipais, estaduais e até federais têm terrenos ali”. A representante do INCRA diz ser comum denúncias por venda de terra nesse assentamento, mas segundo ela pouco consegue fazer, pois não conseguem provas contundentes, diz ela:

[...] eles também nunca chegam com recibos, só dizendo “oh fulano vendeu”, entendeu? É só verbal, quando eu peço papel pra provar pra gente apurar e punir... eu digo você precisa denunciar por escrito dizem “não, eu não quero me prejudicar”. (Dezembro de 2012)

A fala da representante do INCRA de Humaitá reflete a ideologia do Estado, no qual é, a de “apurar e punir” quem descumprir os preceitos legais, contudo, essa ideologia abre precedente para uma nova visão sobre a questão fundiária, que o impasse não precisa chegar ao nível de punição, talvez isso não acontecesse se houvesse por parte do INCRA uma ativa gestão contínua, que priorizasse a prevenção da venda de terras.

Mediante esta realidade ilegal o INCRA deixa de cumprir o que lhe é devido, ao invés disso, desempenha ações como uma agência ativa, acaba assumindo o papel omissor frente aos acontecimentos de venda de terras da União na “comunidade” Nossa Senhora Auxiliadora do Rio Ipixuna.

O trabalho de campo, através de pequenas etnografias gerou um árduo trabalho em coletar as informações sobre o mercado de terras nessa comunidade onde os moradores são receosos em tratar da questão, não querem causar mal-estar com os vizinhos e sentem medo de algum tipo de represália. Contudo, conseguimos levantar informações relevantes.

Veja o que diz a Sra. M.C.J<sup>7</sup> (67 anos), moradora da “comunidade” Nossa Senhora Auxiliadora do Rio Ipixuna:

---

<sup>7</sup> Optamos por guardar as identidades dos comunitários por questões de segurança das pessoas.

[...] cada qual que quiser fazer um negócio toma do outro, sai vendendo por que esses terrenos ai ta tudo vendido, eles diz que não, mas poxa eu só vejo gente dizer “eu comprei um pedaço de terra por mil reais, eu comprei por mil e quinhentos, eu comprei por quinhentos reais”. Então não é dado, é vendido, tão vendendo a terra e o INCRA ta ó... abafando. Eles deviam fazer uma reunião de “quem foi que vendeu, dona Maria um bora ali, de quem é essa casa aqui? Seu fulano, por acaso essa casa aqui foi você que tirou ou foi a comunidade que tirou pra você? Não eu comprei do fulano. Já foi comprado!” E assim vai... essas casa boa ali pra cima tudo foi vendido.

A fala dessa comunitária expressa total entendimento das políticas de assentamentos e revela o descontentamento quanto ao papel desempenhado pelo INCRA na “comunidade”. Sua fala dar a entender que o INCRA pouco atua na comunidade. Das visitas realizadas a “comunidade” de Nossa Senhora Auxiliadora, nunca vimos nenhum funcionário do INCRA fazendo visita ou reunião com a comunidade. Segundo relatos dos comunitários, eles quando precisam dialogar com o INCRA tem que se locomover até a sede do município de Humaitá para tratar das questões do assentamento.

### **Tecendo relações**

O INCRA tem a responsabilidade de realizar a gestão na “comunidade”, isso implica não só fiscalizar o andamento do projeto, mas oportunizar meios para que os comunitários consigam desenvolver práticas de desenvolvimento sustentável; As conversas com os assentados nos dão conta de que o INCRA não presta a assistência como deveria fazê-lo.

A avaliação do representante do IEB converge com a fala dos moradores:

Esse é um dos grandes problemas do INCRA faz uma ingestão, falta da gestão mesmo participativa e da gestão administrativa do assentamento, [...]. Hoje o INCRA é responsável somente pela questão de gestão de assentamentos, todas as modalidades: PA, PAE, PDS, PAF, todos os tipos de assentamentos e a arrecadação. E a gestão fica muito a desejar [...] (Outubro de 2012)

Segundo o representante do IEB a falha participação do INCRA não se resume as “comunidades” Nossa Senhora Auxiliadora, mas em todos os Assentamentos – pelo menos na região de Humaitá. É o que confirma a representante da ONG Pacto Amazônico ao dizer que “a comunidade enfrenta uma falta de governança do órgão gestor que é o INCRA, a instituição como responsável gestor do território de assentamento [...]”.

Com base nesses diálogos percebemos que o INCRA desempenha falha gestão na “comunidade” Nossa Senhora Auxiliadora do Rio Ipixuna. Ora, o tipo de Assentamento nos dá a noção dos frutos que eles deveriam produzir: PAE, Agroextrativista; fazer o uso da terra como meio para produções agrícolas, agora o que vimos na referida “comunidade” (Nossa Senhora Auxiliadora do Rio Ipixuna) foram muitos moradores e poucos produtores, vejamos o relato do Sr. D.O. (60 anos) que tem: “tanta terra que tem ai e o povo vem, tem lote, tudo tem dono, mas vai ver se tem alguém lá dentro?” (Janeiro de 2012).

O INCRA concedeu fomento às famílias para ajudarem na produção. Então qual o motivo das famílias não produzirem? O que sabemos é que nem todos foram beneficiados com fomento, e que o fomento não é a única ação a ser feita para contemplar o assentamento. É preciso qualificar o trabalho dessa gente, instruí-los com técnicas agrícolas e de extração. Apenas conceder auxílio financeiro e depois cobrar resultados não constitui uma boa gestão. Isso implica no descompromisso com esses grupos sociais. Deixá-los a deriva implica em uma perpetuação de histórico processo de exclusão social. Uma vez que o INCRA é o órgão estatal - legítimo representante do Estado com os assentamentos - o cabe prover meios de favorecerem a preservação dessa “comunidade”, contudo, as ações de Estado parecem ir de encontro com as bases legais, constituindo um incoerente processo de governança.

### **Os Dilemas, os Impactos Sociais e as Consequências**

Essas ações de Estado interferem diretamente nas dinâmicas sociais de povos e “comunidades” tradicionais, provocando inúmeros dilemas, impactando seus modos de vida, e que deveriam ser respeitados e preservados por se tratarem de grupos sociais culturalmente diferenciados. A “comunidade” Nossa Senhora Auxiliadora do Rio Ipixuna vive hoje inúmeros dilemas. Um deles é causado pela pesca feita por pescadores profissionais que vem de outros lugares para pescar no rio Ipixuna, é o que ressalta um antigo morador da “comunidade”. Sr. J.A.M.S (53 anos), diz ele:

É muito perseguido aqui... começa do mês de junho pra frente é uma perseguição aqui oh. Pra nós é ruim por que se fosse só os morador daqui que pescasse pro seu sustento... No começo mesmo da safra da pescaria ao final, ninguém passava necessidade, mas quando começa do mês de agosto pra frente não tem mulher nenhuma, pescador nenhum que consiga peixe aqui oh, aqui próximo não[...] (Janeiro de 2013)

Essa é a realidade em várias “comunidades” tradicionais na região Sul Amazônica, elas se veem em situação de tensão causados pela escassez de peixes em determinada épocas do ano. Isso implica diretamente no modo de vida dessa gente, pois o peixe é o prato principal da dieta desse povo. Outro dilema que vive a “comunidade” Nossa Senhora Auxiliadora é quanto à locomoção a sede do município. Poucos são os que conseguem meios para produzir nos lotes do assentamento e os que conseguem não possuem qualquer tipo de transporte público de locomoção, isso pode acarretar na perda de toda a colheita, como em alguns casos confirmados pelos moradores. Quando algum morador adoece precisam pegar uma carona, quando conseguem, para vir à cidade para tratar-se, e no retorno para a “comunidade” as pessoas vivem as mesmas condições. Dona M.J.A.C (67 anos) revela:

Tem que ir de carona por que a gente não tem transporte. Só no verão por que no inverno mermo... É difícil... E só vem de carro fretado, e é caro, é cento e cinquenta, duzentos... Ai quando é três, duas pessoas é mais barato pra gente, mas quando é só um... (Janeiro de 2013).

Mas isso não resume os dilemas dessa “comunidade”. Outra questão bastante lembrada pelos moradores é a falta de atendimento de saúde. Embora haja na comunidade posto de saúde e profissional técnico em Agente Comunitário de Saúde – ACS, o atendimento é precário. Veja o que diz a própria ACS:

Aqui pra cá tem bastante hipertenso, diabético tem pouco só seis só, agora hipertenso tem bastante. Tem dois meses que a gente não pega medicamento; do diabetes a gente passou três mês sem pegar, ai pegou mês passado e esse mês não pegou mais nem pra hipertenso, nem pra nada. (Janeiro de 2013)

Essa gente é tratada pelo governo municipal com descaso no que se refere ao atendimento em saúde, e se não bastasse isso, também não possuem meios de se locomover a cidade, caso ocorra uma fatalidade eles precisam contar com a sorte e bondade de desconhecidos, pois não conseguem apoio do Estado.

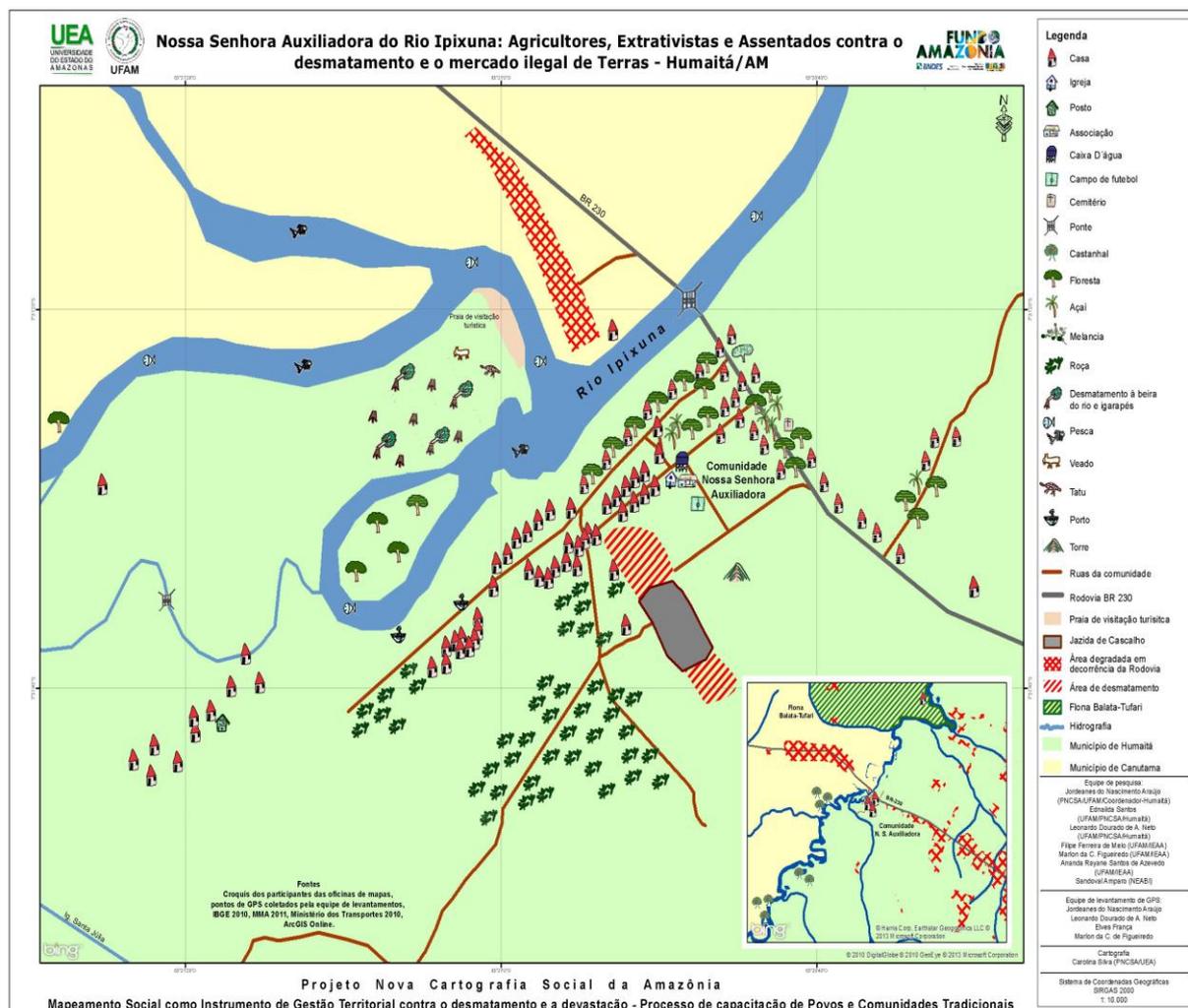
Esses dilemas vivenciados pela “comunidade” afetam diretamente no modo de produção simbólica e material desse povo. O que poderia fazer um carpinteiro sem as suas ferramentas? Privar-lhes daquilo que possuem o direito de deter os coloca em situação de marginalização: há cerca de dois ano a Marinha do Brasil estabeleceu posto físico na cidade de Humaitá, não demorou muito e sua atuação têm provocado grande polêmica envolvendo comunidades tradicionais, inclusive na comunidade Nossa Senhora Auxiliadora do Rio Ipixuna. A marinha tem atuado no Rio Ipixuna advertindo moradores dessa região a adotarem as práticas de segurança náutica que prevê a legislação vigente; Essa gente está sendo obrigado a documentar suas embarcações, sua habilitação náutica, etc. Os moradores estão em uma situação desconfortável. Veja bem, uma pessoa analfabeta que guia seu barco durante toda uma vida, caso não consiga realizar os tramites legais ficará impedido de navegar? É necessário tratar os povos e “comunidades” tradicionais de forma diferenciada, não se trata de burlar a leis, trata-se de implementar leis que reconheçam seus modos de vida singular, que os respeitem e favoreçam a continuidade dessas práticas culturais.

### **A Produção Simbólica dos Povos Tradicionais**

Em janeiro de 2013, realizamos juntos com a Associação de Agricultores da “comunidade” Nossa Senhora Auxiliadora do Rio Ipixuna uma oficina de mapas que discutiu melhorias na qualidade de vida da “comunidade” e pontuou algumas reivindicações, além de produzir cartograficamente mapas do perímetro comunitário como esse que segue abaixo. A principal lição que tomada com essa experiência fora a de compreender que o maior legado de um povo é sua produção ao longo da história, isso implica seus costumes, crenças, língua e o conhecimento gerado a partir das suas experiências, afinal essa gente não depende de geógrafo para lhes orientar sobre ciclo de cheia e vazante dos rios, na verdade a acadêmica é que agrega esses conhecimentos oriundos da floresta.

Perceba que o centro do croqui encontra-se a representação da capela da Igreja Católica, bem ao lado da escola e do outro a caixa d’água, ao fundo percebemos o prédio da Associação de Agricultores, uma antena recém-montada cujo objetivo é captar o sinal de telefonia móvel. Essas propriedades estão firmadas no centro da Agrovila de moradores, é o local onde acontecem os eventos sociais, quer sejam festas religiosas ou reuniões políticas. Esse local é para os moradores o que o centro comercial representa para os grandes centros urbanos, é uma espécie de “coração” que todos conhecem e utilizam.





## Considerações Finais

Os trabalhos desenvolvidos na comunidade Nossa Senhora Auxiliadora nos dão uma dimensão da complexidade social que vivem hoje milhares de pessoas envolvidas em conflitos oriundos de questões agrárias. Percebemos que os conflitos existentes na comunidade Nossa Senhora Auxiliadora provocam a vivencia numa dinâmica de constante tensão e instabilidade dos moradores para com os representantes do Estado (INCRA). Por sua vez, o INCRA que realiza a gestão do PAE (que envolve a comunidade), busca desenvolver políticas restritivas ao mercado ilícito de terras.

Foi possível identificar inúmeros dilemas que essa “comunidade” sofre no dia-dia. Tais dilemas confrontam seu modo de vida, pois cria coalizão ao direito de permanência e preservação de sua identidade cultural. Tudo isso acontece sob o olhar do Estado, cuja obrigação é justamente favorecer a continuidades desses grupos sociais. Favorecer a perpetuação histórica e cultural dessa gente implica em extirpar velhos fantasmas da política nacional – histórico processo de marginalização de povos e comunidades tradicionais.

Implica ainda em assumir um papel político que não significa necessariamente em elevar a um patamar intocável esses grupos sociais, mas em fazer com que essa gente seja tratada da mesma forma pelo Estado quanto a qualquer outro segmento social. Isso é o mínimo e o suficiente quanto ao reconhecimento como povos e comunidades tradicionais.

O governo brasileiro tem a obrigação de favorecer o reconhecimento e a participação dos povos e “comunidades” tradicionais na formação de sua identidade nacional, a maior prova do seu reconhecimento é a garantia do cumprimento dos direitos que esses grupos possuem, direitos esses explícitos inclusive na Constituição Federal (CF) e outros inúmeros dispositivos de leis nacionais e internacionais vigentes.

Em suma, as análises realizadas oportunizou compreender, ainda que em parte, a dinâmica social da comunidade Nossa Senhora Auxiliadora do Rio Ipixuna, envolvida em conflito pela questão agrária. Isso contribui para o reconhecimento e valorização dos povos e “comunidades” tradicionais do nosso país, e isso é extremamente relevante pois cria coalizão ao senso comum que tende a reduzir povos e comunidades como parte da natureza (ALMEIDA, 2008, p.30).

## Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008. (Und. I)

\_\_\_\_\_. *Conflitos Sociais no Complexo Madeira*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2009.

ARAUJO, Jordeanes do N. *O imaginário amazônico nas narrativas do Vale do Juruá*. Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura. Dissertação de Mestrado, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão<sup>o</sup> 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

BOURDIEU. Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

\_\_\_\_\_. *Ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2002.

CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Siva; WICHINIESKI, Isolete (Orgs). *Conflitos no Campo Brasil 2011*. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária*. [marisa.lomba@ufgd.edu.br](mailto:marisa.lomba@ufgd.edu.br). Ano

10, nº11, jul. 2007. Disponível em : <http://www.revistanera.com.br.html>>. Acesso em: 7 nov. 2010.

GARCIA JR, Afranio Raul. *Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores*. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zuzulandia moderna. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia das sociedades contemporâneas –métodos*. São Paulo: Global, p.227-344, 1987.

GUSFIELD, Joseph. *Community-a critical reponse*. N. York: Harper e Row Publishers, 1975.

TONNIES, F. *Comunidad y Sociedad*. Buenos Aires: Losada, 1947.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1979.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: EDUNB, 1999.

**Recebido em 4/4/2018. Aceito 1m 10/10/2018.**

#### **Sobre autores e contatos**

**Filipe Ferreira Melo** - Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM / Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA / Campus Vale do Rio Madeira. E-mail: filipeferreirademelo@gmail.com

**Jordeanes Araújo** - Antropólogo, Professor da Universidade Federal do Amazonas – UFAM / Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA / Campus Vale do Rio Madeira. Doutorando Unesp. Email: jordeanes.araujo@gmail.com